

PARECER DA COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E TOMADA DE CONTAS

PROJETO DE LEI Nº 69, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2025

OBJETO: Altera o índice de suplementação da Lei Ordinária nº 2.450, de 20 de dezembro de 2024.

AUTORIA: Poder Executivo

RELATOR: Ver. Sérgio Damião Moraes

1. Análise do Projeto

O presente projeto propõe ampliar para **30%** o limite de suplementação por decreto margem de remanejamento para o exercício financeiro de 2025, permitindo maior flexibilidade na execução orçamentária pelo Poder Executivo.

2. Parecer Contábil

O assessor contábil analisou o projeto Resumo do Parecer Contábil – PLC nº 69/2025, que propõe elevar o limite de suplementação orçamentária previsto na Lei nº 2.450/2024, passando de 25% para 30%. Segundo parecer a alteração é legalmente possível, conforme Constituição Federal, Lei nº 4.320/64, Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e Lei Orgânica Municipal, desde que haja autorização legislativa e indicação da fonte de recursos em cada abertura de crédito.

O aumento do percentual amplia a margem de remanejamento orçamentário do Executivo, sendo prática comum na administração pública. Contudo, o parecer destaca que o Executivo deve apresentar justificativa técnica e econômica que demonstre a necessidade do novo índice, garantindo equilíbrio fiscal, transparência e compatibilidade com metas e receitas.

Conclusão contábil

O parecer contábil considera viável e legal a aprovação do PLC nº 69/2025, com as seguintes condições:

1. Aprovação pela Câmara Municipal.
2. Justificativa formal do Executivo, comprovando a necessidade do aumento do limite.
3. Suplementações devem seguir o Art. 43 da Lei nº 4.320/64, com indicação da fonte de recursos e cobertura financeira.
4. Observância às normas da LRF e à execução responsável do orçamento.

O aumento da margem para 30% é legal, compatível com as normas vigentes, está de acordo com as recomendações do TCE/MG e pode ser aprovado.
(Ass.) *Marco Antônio Guimarães Diniz — Contador*

3. Mérito

O mérito deve ser analisado pelos vereadores, contudo, não se identificam vícios de iniciativa nem inconsistências jurídicas que inviabilizem a tramitação do projeto.

4. Conclusão

Não havendo, por parte da comissão e do parecer contábil, qualquer impedimento para a continuidade do trâmite do projeto até o plenário, a comissão manifesta-se favorável ao prosseguimento.

Diante do exposto, OPINO pela aprovação do Projeto de Lei nº 69/2025, considerando que ele está em conformidade com a legislação pertinente e se encontra apto à apreciação pelo Plenário.

Carmópolis de Minas, 12 de dezembro de 2025.

Ver. Sérgio Damião Moraes
Relator

Ver.^a Tirzah Teixeira de Freitas
Presidente

Ver. Gustavo Henrique Oliveira
Membro

ATA DA COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E TOMADA DE CONTAS

Aos doze dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e cinco, às 13h00min, reuniu-se a Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas, na Sala das Comissões da Câmara Municipal de Carmópolis de Minas. A reunião foi presidida pela Vereadora Tirzah Teixeira de Freitas, que designou como Relator o Vereador Sérgio Damião Moraes e como Secretário o Vereador Gustavo Henrique Oliveira, para apreciação e deliberação das seguintes matérias:

1. **Projeto de Lei nº 49, de 31 de julho de 2025**, que *“Institui o Plano Plurianual – PPA para o quadriênio 2026–2029, do Município de Carmópolis de Minas”*, com apreciação de seus respectivos anexos substitutivos.
2. **Substitutivo ao Projeto de Lei nº 59/2025**, que *“Estima a receita e fixa a despesa do Município de Carmópolis de Minas para o exercício financeiro de 2026”*, juntamente com **as Emendas Aditiva nº 01, Modificativas nºs 02 e 03 e Impositivas nºs 01 a 17.**
3. **Projeto de Lei nº 60**, de 30 de setembro de 2025, que *“Autoriza o Poder Executivo a conceder subvenções sociais e contribuições no exercício de 2026 e dá outras providências”*, acompanhado da Emenda Modificativa nº 01/2025 e da Subemenda à Emenda nº 01.
4. **Projeto de Lei Complementar nº 69/2025**, que *“Altera o índice de suplementação da Lei Ordinária nº 2.450, de 20 de dezembro de 2024”*.

Nada mais havendo a tratar, a Presidente declarou encerrada a reunião, determinando a lavratura da presente ata, que após lida e aprovada será assinada pelos membros.

Carmópolis de Minas, 12 de dezembro de 2025.

Ver. Tirzah Teixeira de Freitas

Presidente

Ver. Gustavo Henrique Oliveira

Membro

Ver. Sérgio Damião Moraes

Relator